

# Estatização, "o caos na saúde"

**BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO**

Com o objetivo de unir forças para contestar as tendências à estatização do setor de saúde na nova Constituição, reuniram-se ontem em Brasília dirigentes de entidades de trabalhadores e representantes de órgãos patronais, profissionais liberais, entre outros ligados à área. A opinião de consenso é de que a socialização do atendimento médico levaria ao caos do setor, já que o governo não teria estrutura nem recursos para atender a população sem a existência do setor privado.

Na opinião de Ricardo Veronesi, professor titular de Medicina da Universidade de São Paulo, o interesse pela estatização da área de saúde surgiu da "esquerda radical", que, segundo ele, "usou como exemplo a assistência médica de países totalitários". Para Veronesi, o atendimento em países como a União Soviética, Cuba e China é bom devido aos recursos destinados ao setor. "Nestes países, são alocados cerca de 40% do orçamento da união em benefício do setor, quando, no Brasil, o índice é de

5%", diz. Ainda segundo ele, o Brasil vem adotando a estatização "tupiniquim", já que 80% do atendimento, conforme explicou, seria feito através do setor privado por meio de contrato com o Inamps. "Isto não funciona. É fonte de empregulismo e revela a incapacidade do governo no setor."

Para Reinhold Stephanes, ex-presidente do Inamps, o texto do relator Bernardo Cabral tem a "virtude de buscar a universalização do atendimento médico e a criação do sistema unificado de saúde". Mas ele critica pontos considerados estatizantes, como a possibilidade de o governo deter o monopólio da importação de equipamentos e colocação do setor privado como atividade supletiva ao setor público. "Devemos tentar encontrar equilíbrio entre as funções que cabem ao Estado e o espaço do setor privado", afirma. Para o deputado Jofran Frejat (PMDB/DF), o setor público não será salvo com a eliminação de atividade da livre iniciativa. Ele considera as tendências estatizantes como "uma implicância com o setor privado", mas lembra que o governo não tem como arcar com todo o atendimento na área de

saúde. Segundo Reinhold, caso a saúde fosse realmente estatizada, o governo teria de atender mais 50 milhões de brasileiros, hoje fora de qualquer sistema. "Além disso", diz ele, "a atividade pública na área médico-hospitalar é seis vezes mais cara do que na rede privada".

"Estender a assistência médica estatal para toda a população brasileira é uma aventura", afirma Euclides Zerbini, uma das principais autoridades brasileiras em cardiologia. Segundo ele, as falhas hoje encontradas na Previdência serão multiplicadas, "sem considerarmos o vulto orçamentário para essa ambiciosa empresa". A seu ver, o Estado não se tem mostrado bom administrador, como, segundo ele, demonstram as empresas estatais e hospitais universitários, em permanentes dificuldades. Para ele, o governo deve cuidar dos encargos da medicina preventiva, "protegendo o cidadão das doenças endêmicas".

A estatização traria problemas graves para o trabalhador brasileiro, acredita Mário Martins, do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo, que, segundo ele, atende a

13 milhões de trabalhadores através de instituições de assistência médica conveniadas a 300 empresas brasileiras. "Hoje nós não dependemos de verbas públicas", diz ele, explicando que a necessidade de convênio de assistência médica tem sido parte das reivindicações trabalhistas. Já o presidente do Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos de Saúde, José Lião de Almeida, diz que a estatização trará sérios problemas aos profissionais do setor privado quanto a lutas para melhorias salariais. "Tendo o governo como patrão, haverá dificuldades", explica, lembrando, ainda, o fato de que o sindicalismo para a categoria iria simplesmente desaparecer. "Serão 18 mil associados em nosso sindicato distribuídos em oito mil estabelecimentos de 180 cidades paulistas que estariam bastante prejudicados pela estatização", explica.

Os participantes do encontro ontem esperam ver suas posições atendidas na Constituinte. Para fazer valer o consenso da chamada união em defesa da saúde, eles prometem participar da votação dos artigos da Constituição no plenário do Congresso Nacional.